

Poderes

Oposição pressiona Pacheco por ação para 'reafirmar prerrogativas'

Depois de operações da PF contra dois deputados, senadores querem resgatar a PEC que acaba com foro privilegiado

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou ontem que ele e outros parlamentares opositoristas apresentaram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um conjunto de propostas para "reafirmar as prerrogativas do Parlamento", com a intenção de "resguardá-lo e equilibrar o processo democrático".

A reunião com Pacheco ocorre após dois deputados bolsonaristas do PL do Rio de Janeiro – Carlos Jordy e Alexandre Ramagem – serem alvo de operações da Polícia Federal, com buscas e apreensões nos gabinetes dos parlamentares na Câmara. "Não se entende uma democracia onde a inviolabilidade do mandato dos parlamentares e as suas respectivas atuações estejam em risco", disse Marinho.

O senador do PL não explicou quais seriam todos os itens dessa agenda. Limitou-se a dizer que o fim do foro privilegiado está na pauta e que é preciso haver a definição de uma agenda comum entre Câmara e Senado para que o assunto avance no Congresso. Para isso, afirmou que foi pedido a Pacheco que mantenha um canal de diálogo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a tema.

FORO PRIVILEGIADO. Uma das



ANDRÉ BORGES/REUTERS

Despedida

Último dia no Ministério da Justiça

Exonerado ontem do Ministério da Justiça, Flávio Dino concedeu entrevista e defendeu a Polícia Federal. Segundo ele, a corporação está entre as melhores do mundo. Sobre a "Abin paralela", disse que os indícios não "chegaram agora". "A PF vai fingir que não viu?"

ideias em discussão é resgatar uma proposta de emenda à Constituição que extingue o foro especial por prerrogativa de função no caso de crimes comuns. Esse texto já foi aprovado em comissão especial e teria o caminho mais curto para aprovação. Outra opção seria apresentar uma nova PEC que teria a vantagem de já nascer com um texto mais adequado a esse objetivo.

Por meio dela, os crimes comuns, ou seja, não relacionados ao mandato, passariam a ser julgados, por exemplo, em tribunais regionais federais primeiro, indo para os tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal) posteriormente. A mudança permitiria alongar processos e garantir o direito

Presidente do Senado envia ao STF pedido de informações sobre Abin

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido de informações sobre o inquérito que apura um possível monitoramento ilegal de autoridades durante o governo de Jair Bolsonaro.

No ofício, Pacheco diz que os fatos apontados pelos investigadores "são de extre-

ma gravidade porque envolvem servidores públicos e a utilização indevida de sistema de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)". "Tais ações, se confirmadas, constituem grave violação dos direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal."

O senador pediu ao ministro Alexandre de Moraes que envie informações sobre a existência de indícios de monitoramento de deputados e senadores, com a identificação de cada um deles. ● **GM**

de recursos efetivos aos políticos, o que não acontece quando o caso é julgado diretamente no Supremo.

ATRITO. A operação da PF que cumpriu diligências em endereços de Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteli-

gência (Abin) e pré-candidato à prefeitura do Rio, levou a um embate entre Pacheco e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto. O dirigente afirmou que a ofensiva da PF só foi possível porque o presidente do Senado é "frouxo", ao permitir diligências no Parlamento e por não "agir" para dar seguimento a um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo.

Pacheco reagiu. Disse ser "difícil manter algum tipo de diálogo com quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral e não é capaz de organizar minimamente a opo-

'Frouxo'
Presidente do PL, Valdemar Costa Neto acusou Rodrigo Pacheco de fraqueza na defesa dos parlamentares

sição para aprovar sequer a limitação de decisões monocráticas do STF". O atrito expôs o clima conflagrado no Legislativo, com uma parcela significativa incomodada com o que considera interferência do Judiciário no Congresso.

Depois das ações da PF contra Jordy e Ramagem, deputados da oposição passaram a coletar assinaturas para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dificulta a execução de operações policiais contra parlamentares no Legislativo. A PEC é de autoria do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE).

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi outro a tecer críticas à atuação da PF. A operação que atingiu Ramagem por suspeita de espionagem ilegal na Abin sob Bolsonaro alcançou, nesta semana, o irmão do senador, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). "Fica claro que está acontecendo uma perseguição." Ele falou, ainda, em uma "PF paralela", que, segundo Flávio, age contra críticos do governo. "Estão acabando com a credibilidade da Polícia Federal." ●

Paraná

TRE antecipa sessão que pode tirar mandato de Moro

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) decidiu antecipar o julgamento das ações que podem levar à cassação do mandato do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). A sessão, inicialmente marcada para 19 de fevereiro, foi remanejada para a próxima quinta-feira, dia 8, em formato presencial.

Os processos foram incluídos na pauta a pedido do desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, relator do

caso. Ele solicitou o agendamento na "primeira data possível". A nova data foi definida ontem pelo desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, presidente do TRE, em um de seus últimos atos. Ele deixa o cargo hoje. As ações que pedem a cassação de Moro são movidas pelo PL e pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV). Se for condenado, o ex-juíz perde o mandato e pode ficar inelegível.

O Ministério Público Eleitoral é a favor da cassação por abuso de poder econômico nas eleições de 2022. O órgão afirma que os gastos na pré-campanha excederam o limite razoável. Inicialmente, o ex-juíz pretendia sair candidato a presidente. Para o MP, os investimentos desequilibraram a disputa ao Senado, depois que Moro mudou seus planos.

Em depoimento à Justiça Eleitoral, Moro negou que o movimento tenha sido premeditado. "Eu já era soberbamente conhecido no Paraná ou no Brasil inteiro sem uma pré-candidatura potestencial", afirmou. ● **RAYSSA MONTA**

Amazonas

Justiça cassa Silas Câmara, líder da bancada evangélica

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) finalizou ontem o julgamento da cassação do mandato de Silas Câmara, deputado federal pelo Republicanos e líder da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso. A Corte já havia obtido maioria para cassar o deputado em dezembro de 2023.

Por 4 a 2, o TRE acatou a representação do Ministério Público Eleitoral, para quem Silas Câmara incorreu em capta-

ção ilícita de recursos e abuso de poder econômico ao fretar aeronaves durante a campanha em 2022. A defesa do parlamentar alegou vício processual e entrará com recurso no Tribunal Superior Eleitoral, que terá a palavra final sobre o caso. Até a definição na Corte, o deputado permanecerá no cargo. Em nota, a assessoria jurídica de Câmara afirma que "a confiança na reversão do julgamento é total". ● **JULIANO GALISI**